

Questão 01) De acordo com o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **não** é pressuposto de atuação do Conselho Tutelar:

A ⇒ A violação ou ameaça de violação dos direitos da criança e do adolescente por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

B ⇒ A atuação sempre que à criança e ao adolescente for atribuído mau comportamento no ambiente escolar para com os professores.

C ⇒ Sempre que houver falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, que violem ou ameacem violar direitos da criança e do adolescente.

D ⇒ A violação ou ameaça de violação dos direitos da criança e do adolescente em razão de sua conduta.

Questão 02) Das medidas aplicáveis aos pais dispostas no Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a única alternativa que contém medida aplicável exclusivamente pelo Conselho Tutelar:

A ⇒ Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

B ⇒ Determinar a suspensão ou destituição do poder familiar.

C ⇒ Determinar a perda da guarda da criança e do adolescente.

D ⇒ Destituir a tutela.

Questão 03) O Conselho Tutelar é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos de acordo com a Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. O Art. 131 desta lei, que assim define este importante órgão, o caracteriza como:

A ⇒ permanente, autônomo, jurisdicional.

B ⇒ permanente, não autônomo, não jurisdicional.

C ⇒ temporário, não autônomo, jurisdicional.

D ⇒ permanente, autônomo, não jurisdicional.

Questão 04) Verificada qualquer das hipóteses do Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a autoridade competente poderá determinar medidas de proteção. Dentre estas medidas, dispostas no Art. 101, é aplicável pelo Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

A ⇒ inclusão em programa de acolhimento familiar.

B ⇒ colocação em família substituta.

C ⇒ encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

D ⇒ expedição de Guia de Acolhimento para encaminhamento de crianças e adolescentes à instituição que execute programa de acolhimento institucional.

Questão 05) Não é atribuição do Conselho Tutelar:

A ⇒ requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

B ⇒ aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

C ⇒ promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

D ⇒ promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Questão 06) A Lei 13.010 de junho de 2014 (Lei Menino Bernardo), alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem a utilização de nenhuma forma de punição que seja degradante e implique em correção por castigo físico ou humilhação que acarrete em sofrimento físico ou lesão. Sobre o Art. 18-A e Art. 18-B, incluídos pela Lei Menino Bernardo, é **incorreto** afirmar:

A ⇒ a vedação ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto se estende aos pais, aos integrantes da família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

B ⇒ É considerado tratamento cruel ou degradante, toda conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

C ⇒ O encaminhamento a cursos ou programas de orientação não é medida aplicada pelo Conselho Tutelar no caso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, de crianças e adolescentes.

D ⇒ A ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão é considerado castigo físico pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 07) São requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para candidatura à função de Conselheiro Tutelar:

A ⇒ reconhecida idoneidade moral; idade superior a dezoito anos; residir no município.

B ⇒ reconhecida idoneidade moral; idade superior a vinte e um anos; residir no município.

C ⇒ ser conhecido e respeitado; idade superior a vinte e um anos; residir no município.

D ⇒ reconhecida idoneidade moral; idade superior a dezoito anos; residir na comarca de acordo com a lei de organização judiciária local.

Questão 08) O Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina a matéria da Prática de Ato Infracional, Dos Direitos Individuais, Das Garantias Processuais do Adolescente e das Medidas Sócio-Educativas. Sobre estas temáticas, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto:

A ⇒ São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos.

B ⇒ Ao adolescente em conflito com a lei, não se assegura a garantia de defesa técnica por advogado.

C ⇒ Ao ato infracional praticado por criança, aplica-se as medidas de proteção previstas no art. 101.

D ⇒ O adolescente considerado necessitado pela lei, não tem direito à assistência judiciária gratuita e integral.

Questão 09) Não são medidas sócio-educativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicáveis ao adolescente que cometeu ato infracional:

A ⇒ Internação em estabelecimento educacional.

B ⇒ Prestação de serviço à comunidade.

C ⇒ Liberdade assistida.

D ⇒ Trabalho forçado como obrigação de reparar o dano.

Questão 10) O Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece normas que reconhecem à criança e ao adolescente o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em relação ao direito à educação previsto no Estatuto, é correto afirmar que:

A ⇒ A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola só serão assegurados se a criança e o adolescente respeitarem seus educadores e serem assíduos nas aulas.

B ⇒ Crianças e adolescente possuem o direito de contestar critérios avaliativos sem, contudo, poder recorrer às instâncias superiores se suas notas não alcançarem a média estipulada pela escola.

C ⇒ A organização e a participação da criança e do adolescente em entidades estudantis, ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, são direitos garantidos pelo Estatuto.

D ⇒ Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.

Questão 11) O Estatuto da Criança e do Adolescente, com base na Constituição Federal, ao assegurar os direitos da infância, mantém e detalha os princípios orientadores desse ramo específico do direito garantido no artigo 227 da Constituição. Ao reafirmar os conceitos correlatos, como os de criança e adolescente e a própria proteção integral, o Estatuto delimita suas diretrizes e estabelece os mecanismos necessários para a garantia dos direitos da população infantil, garantindo, ainda, a participação direta da sociedade civil, tanto na elaboração das políticas públicas quanto na fiscalização dos demais atores envolvidos. Assinale a alternativa que contém o sistema descrito acima:

A ⇒ Sistema Único de Assistência Social.

B ⇒ Sistema Penal do Menor.

C ⇒ Sistema de Garantia de Direitos.

D ⇒ Sistema Único de Saúde.

Questão 12) Segundo os artigos 15 e 16 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais conforme previsto na Constituição e nas leis. Entende-se como direito à liberdade os seguintes aspectos, **exceto**:

A ⇒ Ter direito de opinar e de se expressar, brincar, praticar esportes e divertir-se.

B ⇒ Participar da vida política, na forma da lei, com representação político-partidária em seu município.

C ⇒ Direito de ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais, assim como o direito de participar da vida familiar e comunitária sem discriminação.

D ⇒ Liberdade de crença e culto religioso, direito a buscar refúgio, auxílio e orientação.

Questão 13) No Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à saúde está respaldado mediante a efetivação de políticas sociais públicas. No que se refere ao direito à saúde, assinale a única alternativa correta sobre as determinações do Estatuto:

A ⇒ Assegurar à gestante o atendimento pré e perinatal pelo Sistema Único de Saúde e pelo Conselho Tutelar, além de garantir as condições mínimas necessárias para o aleitamento materno, inclusive para as mães submetidas a medidas privativas de liberdade.

B ⇒ O atendimento integral às crianças e adolescentes com deficiência cabe exclusivamente ao Conselho Tutelar, mediante encaminhamento dos profissionais do SUS.

C ⇒ Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, somente no período pré-natal.

D ⇒ É dever dos profissionais da saúde comunicar ao Conselho Tutelar a ocorrência de casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente, sem prejuízo de outras providências legais.

Questão 14) O trabalho infantil consiste em um fenômeno sociocultural de grande complexidade, não havendo como precisar suas múltiplas causas e/ou consequências nem mesmo quais seriam os limites ideais de proteção e exercício de uma atividade laboral. Na tentativa de estabelecer um padrão de regulação, o ECA assegura o direito à profissionalização e à proteção no trabalho ao prever limites para a idade mínima para o trabalho e a proibição do trabalho infantil.

Assinale a alternativa sobre a proteção no trabalho:

A ⇒ É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo se ele estiver matriculado na escola de seu município.

B ⇒ É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

C ⇒ Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é permitido o trabalho noturno, perigoso e insalubre.

D ⇒ Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, não são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Questão 15) No tocante à autorização para viajar, o Art. 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece:

A ⇒ Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior. Esta autorização poderá ser suprida pela expressa autorização da mãe da criança ou adolescente.

B ⇒ Nenhuma criança ou adolescente menor de 12 (doze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

C ⇒ Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

D ⇒ A autorização para viajar não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, independente do grau de parentesco.

Questão 16) Sobre a prevenção especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente veda algumas práticas para prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. É vedado pelo Estatuto, **exceto**:

A ⇒ As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

B ⇒ É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

C ⇒ É proibida a venda à criança ou ao adolescente de armas, munições, explosivos e bebidas alcoólicas.

D ⇒ É permitida a venda à criança ou ao adolescente de revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes, desde que em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Questão 17) A lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera a criança e o adolescente, respectivamente:

A ⇒ a criança até doze anos de idade incompletos e o adolescente entre doze e dezoito anos de idade.

B ⇒ a criança até sete anos de idade incompletos e o adolescente entre oito e dezessete anos de idade.

C ⇒ a criança até treze anos de idade incompletos e o adolescente a partir de treze anos até dezoito anos completos.

D ⇒ Criança é aquela que está matriculada na educação infantil e adolescente aquele que está no ensino fundamental ou médio.

Questão 18) De acordo com o Art. 97, são medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprem a obrigação descrita no Art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos:

A ⇒ Às entidades governamentais, cabe medida de advertência; afastamento provisório de seus dirigentes; afastamento definitivo de seus dirigentes e; fechamento da unidade ou interdição do programa.

B ⇒ Tanto as entidades governamentais quanto as não-governamentais sofrerão medida de cassação de registro.

C ⇒ Às entidades governamentais, cabe medida de advertência; suspensão total do repasse de verbas públicas e suspensão de programa.

D ⇒ Compete ao Ministério Público a aplicação das medidas às entidades governamentais e não-governamentais que descumprirem com as obrigações descritas no Art. 94.

Questão 19) Sobre o Acesso à Justiça e a Justiça da Infância e da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina:

A ⇒ É permitida a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional considerado gravíssimo por estas autoridades.

B ⇒ A Justiça da Infância e da Juventude não é competente para conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda.

C ⇒ É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário, mas não ao Ministério Público.

D ⇒ Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios.

Questão 20) A “prioridade absoluta” enquanto princípio do Direito da Criança e do Adolescente instaurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente **não** compreende:

A ⇒ preferência na formulação, mas não na execução das políticas sociais públicas.

B ⇒ precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

C ⇒ primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

D ⇒ destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude